

atividades que exercem, sendo suas atribuições na fiscalização restritas ao controle documental, análise de notas fiscais, registro das entregas, acompanhamento administrativo e suporte ao Gestor do Contrato.

Artigo 6º – Ficam designados, para apoio técnico e administrativo, quando necessário:

I – Ricardo Poi, CPF 269.320.648-04, Chefe de de Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional;

II – Alan Patrício de Lima Nishimura, CPF 191.463.338-51 – Chefe de Divisão do Centro de Progressão Penitenciária;

III – Antônio Marcos dos Santos - CPF 119.820.998-44 – Chefe de Divisão da Penitenciária de Valparaíso.

O apoio institucional poderá ser acionado para esclarecimentos técnicos, alinhamento operacional e suporte administrativo à gestão contratual.

Esclareço que os servidores designados nesta Portaria para as funções de Agente de Contratação (Pregoeira), Agente de Contratação Substituta e integrantes da Equipe de Apoio atendem integralmente aos requisitos previstos no artigo 7º, incisos II e III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Esclareço, ainda, que compete a mim, na qualidade de Ordenador de Despesas, Thiago Gonfiantini Junqueira, CPF 221.640.278-84, subscrever o Edital correspondente.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Cumpra-se.

## PENITENCIÁRIA ZWINGLIO FERREIRA - PRESIDENTE VENCESLAU I

### AVISO DE ABERTURA

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2025 - PZFPV

A Penitenciária “Zwinglio Ferreira” de Presidente Venceslau **COMUNICA** a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** sob o nº **033/2025-PZFPV**, objeto do Processo **006.00499277/2025-85**, Código Único **20251321526**, promovido para aquisição de **GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO A GRANEL**, do tipo menor preço, para uso deste Estabelecimento Penal com entrega parcelada para o período de janeiro a junho de 2026. A sessão pública será realizada por meio eletrônico, no sitio [compras.gov.br](https://compras.gov.br) (opção pregão eletrônico), com início previsto para às 08:00h do dia 17/12/2025.

As informações que se fizerem necessárias serão fornecidas através do telefone (18) 3271-1100, Ramal 103 na Penitenciária “Zwinglio Ferreira” de Presidente Venceslau, sito à Av. Antonio Marques da Silva s/n - prolongamento, Presidente Venceslau-SP ou pelo endereço eletrônico [lslima@sap.sp.gov.br](mailto:lslima@sap.sp.gov.br), [financas\\_pzfpv@sap.sp.gov.br](mailto:financas_pzfpv@sap.sp.gov.br). O edital na integra será disponibilizado para leitura e impressão na internet no endereço: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e ainda poderá ser consultado e ou retirado na Diretoria do Seção de finanças e Suprimentos desta Unidade.

## SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

### SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

### DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### PORTARIA DA N.º 80 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.

*Define a gestão de contrato e designa fiscal para acompanhamento e fiscalização de execução contratual.*

O **DIRETOR DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**, da Subsecretaria de Gestão Corporativa, diante das suas atribuições legais e nos termos do artigo 117 da Lei federal nº 14.133/2021, c/c Decreto nº 68.220/2023.

DECIDE:

Artigo 1º - Nos termos do art.15 do Decreto nº 68.220/2023, designar os servidores diante identificados para atuarem como fiscais do Contrato que será firmado entre a CATI Diretoria de Assistência Técnica Integral e a **Empresa EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.-** CNPJ: 02.302.100/0001-06, conforme constam nos autos do Processo **SEI 007.00010969/2025-68** para a contratação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica para as Regionais e Casas da Agricultura/CATI.

1 – Angélica de Oliveira Leite Torres – RG. 33.150.496-0, Titular;

2 – Marta Regina Betinatti – RG. 21.870.211-5, Suplente.

Artigo 2º - Caberá ao(s) fiscal(is) que trata o artigo 1º desta Portaria as atribuições previstas nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 68.220/2023.

Parágrafo Único – Sem prejuízo do disposto no “caput” deste artigo caberá ainda aos fiscais as atribuições previstas nos incisos II a IV do art. 16 do Decreto nº 68.220/2023.

Artigo 3º - As atribuições previstas no art. 16 do Decreto nº 68.220/2023, exceto os incisos II a IV, serão exercidas, com o auxílio dos fiscais, pela Divisão de Apoio à Gestão de Contratos, da Coordenadoria de Suprimentos e Gestão de Contratos, da Diretoria de Administração.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS

### DIVISÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### COMUNICADO, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO  
COMUNICADO - DIVISÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Modalidade: CREDENCIAMENTO – DA 90001/2025

Nº Processo: 007.00038976/2025-24

Objeto:Serviços de creche/berçário/Educação Infantil

Disponibilidade do edital: 04/12/2025

Entrega das Propostas: a partir de 04/12/2025 no site: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

Abertura das Propostas: 04/12/2025 às 08h00 no site: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

Fonte: DOESP e PNCP

## SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### EXTRATO DE CONTRATO SCTI Nº 001/2025

Processo SEI nº 008.00000335/2025-79

**Contratante:** Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação

**Contratada:** Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - CNPJ nº 60.633.674/0001-55

CONTRATO ADMINISTRATIVO SCTI Nº 001/2025, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A

##### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços tecnológicos especializados, sob demanda e por preço unitário, para execução do Programa de Apoio aos Municípios - PATEM, no âmbito do Decreto nº 65.811, de 23 de junho de 2021, de acordo com a Proposta Técnica IPT nº 10.775/25, data de 24 de outubro de 2025, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

##### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante a celebração do Termo Aditivo, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

##### CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor anual da contratação é de R\$ 3.744.688,92 (três milhões setecentos e quarenta e quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos), perfazendo o valor total para o período de 36 (trinta e seis) meses de R\$ 11.234.066,76 (onze milhões duzentos e trinta e quatro mil e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos).

**Data de assinatura:** 02 de dezembro de 2025

Anexo(s):

01. CONTRATO E TCN.pdf

## CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

#### PORTARIA CEETEPS-PRESIDÊNCIA N.º 4787, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

Estabelece, junto ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF), para a efetivação dos atos destinados à adesão, cadastro, execução e prestação de contas relativos ao Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista (PDDE – Paulista).

O Presidente do CEETEPS, no uso de suas atribuições legais e considerando o PDDE – Paulista, instituído pela Lei n.º 17.149, de 13 de setembro de 2019; alterado pela Lei n.º 17.449, de 29 de outubro de 2021; regulamentado pelo Decreto n. º 66.352, de 17 de dezembro de 2021 e pela Deliberação CEETEPS n.º 105, de 13 de novembro de 2025;

Considerando, especialmente, o disposto no Art. 2º, do Decreto n.º 66.352, de 17 de dezembro de 2021 e o parágrafo único, do Art. 1º, da Deliberação CEETEPS n.º 105, de 13 de novembro de 2025;

Considerando, ainda, o dever da unidade executora representativa da comunidade escolar –Associação de Pais e Mestres (APM), vinculada à Escola Técnica Estadual (ETEC), de alimentar o sistema eletrônico estabelecido, expede a presente Portaria:

##### TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As providências destinadas à adesão, cadastro, execução e prestação de contas relativas ao PDDE – Paulista, serão efetivadas, exclusivamente, de modo eletrônico, por meio do Sistema SIAF do CEETEPS.

Art. 2º - A APM deverá alimentar o Sistema SIAF periodicamente, bem como anexar, sempre que necessário, os documentos devidos, nos termos constantes nas leis e nos atos normativos afetos ao PDDE – Paulista.

##### TÍTULO II – DO ACESSO AO SISTEMA

Art. 3º - Caberá a Coordenadoria Geral de Administração e Finanças (CGAF) do CEETEPS conceder os acessos ao Sistema SIAF.

§ 1º - Os acessos ao Sistema SIAF deverão ser realizados mediante a utilização de perfil de usuário, a quem serão atribuídas as permissões necessárias para utilização do módulo PDDE – Paulista, instituído pelo CEETEPS.

§ 2º - O ingresso no sistema ocorrerá por meio de chave de acesso (senha individual), a qual permite que a APM utilize as funcionalidades do programa de forma segura e controlada.

§ 3º - As chaves de acesso correspondem às senhas pessoais e intransferíveis destinadas à utilização do sistema. É vedado o empréstimo ou compartilhamento com terceiros, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação vigente.

§ 4º - Compete ao usuário zelar pelo sigilo e pela guarda do login e da senha, respondendo integralmente por seu uso e pelos registros efetuados em seu nome, a fim de preservar a segurança e a integridade dos dados e documentos lançados no sistema.

§5º - Com o objetivo de manter a segurança e a integridade das informações no Sistema SIAF, recomenda-se que o equipamento utilizado para acesso possua tela de descanso com bloqueio por senha, de modo a proteger os dados geridos pelo sistema durante períodos de inatividade.

##### TÍTULO III – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º - A APM, por seu Diretor Executivo, ficará responsável por todos os atos de execução do Sistema SIAF, bem como pelos documentos anexados, devendo ainda cumprir, no que lhe couber, as legislações pertinentes à utilização e proteção de dados, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Parágrafo único - O Diretor Executivo da APM ficará responsável pelo login e senha para o acesso ao Sistema SIAF, observando as substituições legais, conforme os respectivos estatutos.

Art. 5º - A ocorrência de substituição e/ou desativação de usuários no Sistema SIAF, sobretudo nos casos de impedimentos legais, deverá ser comunicada imediatamente à Coordenadoria Geral de Administração e Finanças do CEETEPS, momento em que a APM indicará os respectivos substitutos, nos termos da lei.

##### TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria CEETEPS-GDS n.º 3162, de 05 de janeiro de 2022. (136.00169532/2025-18)  
Clóvis de Souza Dias  
Presidente - CEETEPS

### GABINETE DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

#### PORTARIA CEETEPS - PRESIDÊNCIA Nº 4785, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

*Dispõe sobre a composição, as atribuições e o funcionamento da Câmara Central de Ensino, Pesquisa e Extensão - CCEPE da Coordenadoria Geral de Ensino Superior de Graduação - CGESG do CEETEPS e dá providências correlatas.*

O Presidente do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20-12-1996;

Considerando a Resolução CNE/CES nº 7, de 18-12-2018;

Considerando a Deliberação CEE/SP nº 216/2023;

Considerando o Regimento das Fatecs, aprovado pela Deliberação CEETEPS nº 31, de 27-9-2016, republicada em 17-1-2017;

Considerando a Portaria CEETEPS-GDS nº 4.547, de 30-7-2025;

Considerando ser atribuição da Coordenadoria Geral de Ensino Superior de Graduação - CGESG constituir e supervisionar a Câmara Central de Ensino, Pesquisa e Extensão - CCEPE;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes sistêmicas para a organização, a estrutura e o funcionamento das Cepe das Fatecs, visando à qualidade das atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão;

Expede a presente Portaria:

##### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Artigo 1º** - Fica instituída, no âmbito da Coordenadoria Geral de Ensino Superior de Graduação - CGESG, a Câmara Central de Ensino, Pesquisa e Extensão - CCEPE, órgão colegiado de natureza consultiva, normativa complementar e de assessoramento técnico, destinado a:

I - estabelecer diretrizes educacionais gerais para as atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão desenvolvidas pelas Fatecs;

II - orientar, acompanhar e harmonizar o funcionamento das Cepe das Fatecs;

III - organizar os elementos regulatórios necessários à atuação das Cepe, em articulação com a CGESG.

**Parágrafo único** - A atuação dos membros da CCEPE será considerada serviço público relevante, sem ônus para o CEETEPS e sem prejuízo de suas atribuições funcionais.

##### CAPÍTULO II

##### DA COMPOSIÇÃO DA CCEPE

**Artigo 2º** - A CCEPE será constituída por Professores de Ensino Superior do CEETEPS, ocupantes de empregos públicos permanentes, preferencialmente portadores do título de Doutor, designados pelo Coordenador Geral da CGESG.

**§1º** - A composição considerará critérios de mérito acadêmico e experiência em gestão educacional.

**§2º** - A Presidência da CCEPE será exercida por Professor de Ensino Superior com título de Doutor, designado pelo Coordenador Geral da CGESG, a quem compete também indicar o Vice-Presidente, quando necessário.

**§3º** - O mandato dos membros da CCEPE será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

**§4º** - A CCEPE poderá contar com Secretaria Executiva indicada pela CGESG, a ser responsável pelo apoio administrativo, tramitação de documentos, registro de reuniões e sistematização das proposições.

##### CAPÍTULO III

##### DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA

**Artigo 3º** - A CCEPE tem por finalidade atuar como órgão central de orientação, regulação complementar e acompanhamento das Cepe das Fatecs, garantindo unidade sistêmica e desenvolvimento contínuo das atividades acadêmicas.

**Artigo 4º** - Compete à CCEPE:

I - propor dispositivos regulatórios e orientações técnicas às Fatecs que visem à qualidade das atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão, em consonância com a CGESG;

II - elaborar, anualmente, o Plano de Trabalho da CCEPE, em articulação com as Cepe das Fatecs, definindo metas, prioridades e ações integradas;

III - elaborar relatório técnico de análise das informações consolidadas pelas Fatecs em seus Planos de Gestão Anual - PGAs, relativo às atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão, para subsidiar a tomada de decisão do Coordenador Geral da CGESG;

IV - orientar as Cepe das Fatecs quanto à implementação dos programas educacionais previstos no Plano Estadual de Educação e nas diretrizes institucionais do CEETEPS;

V - assessorar as Cepe das Fatecs em sua atuação, especialmente no que se refere a:



a) proposição de medidas de melhoria da qualidade do ensino, em consonância com os Núcleos Docentes Estruturantes - NDE dos cursos;

b) incentivo e dinamização da realização de pesquisas aplicadas e atividades de extensão;

c) emissão de pareceres técnico-acadêmicos, quando solicitado pela Congregação;

d) estímulo e apoio aos Professores de Ensino Superior na prospecção de oportunidades de pesquisa aplicada e extensão voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável;

e) promoção de ações cooperativas com organizações públicas e privadas, articuladas com a Coordenadoria Geral de Formação Inicial e Educação Continuada - CGFIEC quando pertinente;

f) estímulo ao desenvolvimento de acordos de cooperação, convênios e parcerias com o setor produtivo, o setor público, o terceiro setor e as Instituições de Ciência e Tecnologia - ICTs;

g) organização e acompanhamento dos trabalhos de pesquisa e extensão de serviços à comunidade;

h) proposição de direcionamento de pesquisas institucionalizadas e de atividades de extensão articuladas aos programas de pós-graduação;

VI - elaborar e aprovar o Regulamento Geral de Funcionamento das Cepe, de observância obrigatória por todas as Fatecs, respeitadas as especificidades regimentais;

VII - acompanhar a implantação, o desempenho e o desenvolvimento das Cepe das Fatecs, propondo, quando necessário, ações corretivas ou de aperfeiçoamento;

VIII - consolidar e divulgar recomendações, orientações técnicas e boas práticas acadêmicas para as Cepe das Fatecs;

IX - emitir pareceres ou recomendações sempre que solicitado pela CGESG ou pela Presidência do CEETEPS.

CAPÍTULO IV  
DO FUNCIONAMENTO

Artigo 5º - A CCEPE reunir-se-á:

I - ordinariamente, a cada dois meses;

II - extraordinariamente, quando convocada por sua Presidência ou pela maioria absoluta de seus membros.

§1º - As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 7 (sete) dias; as extraordinárias, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas, salvo caso de urgência devidamente fundamentada.

§2º - O quórum para deliberação será o da maioria simples dos membros.

§3º - As decisões serão registradas em ata, assinada pelos membros presentes, arquivada e encaminhada à CGESG.

CAPÍTULO V  
DA ARTICULAÇÃO COM AS CEPE DAS FATECS

Artigo 6º - A CCEPE atuará de forma integrada às Cepe das Fatecs, cabendo às Fatecs:

I - observar e implementar o Regulamento Geral das Cepe aprovado pela CCEPE;

II - encaminhar à CCEPE, sempre que solicitado, informações, relatórios e documentos técnicos relativos às atividades acadêmicas;

III - adequar procedimentos internos às diretrizes da CCEPE;

IV - divulgar à comunidade acadêmica as orientações, recomendações e instrumentos normativos emitidos pela CCEPE.

CAPÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 7º - A CGESG adotará as providências necessárias à instalação da CCEPE e à publicação do seu Regulamento Geral.

Artigo 8º - As Cepe das Fatecs deverão adequar seus regulamentos internos às diretrizes da CCEPE no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Portaria.

Artigo 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Processo SEI 136.00169723/2025-71)

Clóvis de Souza Dias  
Presidente

PORTARIA CEETEPS-PRESIDÊNCIA N.º 4789, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

Designa agentes públicos para compor a Comissão de Acompanhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

O Presidente do CEETEPS, no uso de suas atribuições legais e considerando o PDDE, criado no ano de 1995, atualmente regido pela Resolução CD/FNDE/MEC n.º 15, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Designa agentes públicos a seguir elencados para compor a Comissão de Acompanhamento do Programa PDDE, utilizado para destinar recursos anuais suplementares do FNDE às escolas públicas estaduais, visando garantir seu funcionamento, promover melhorias na infraestrutura física e pedagógica, incentivar a autogestão escolar e o controle social pela comunidade:

- Alexandre Marcel Carvalho Pereira - Matrícula: 44268;
- André Luiz dos Santos - Matrícula: 10538;
- Antônio Robson Ferreira - Matrícula: 14021;
- Ariane Oliveira Ribeiro - Matrícula: 59095;
- Carlos Renato Candini - Matrícula: 12277;
- Claudemir Monteiro Lima - Matrícula: 003191;
- Daniela Galvão Vidoto - Matrícula: 41330;
- Gabriela Zanin de Castro Vasconcellos - Matrícula: 020784;
- Juliana Abonizio Santinoni - Matrícula: 44004;
- Luiz Arthur Malta Pereira - Matrícula: 19786;
- Roberto Alexandre Urtado - Matrícula: 12939; e
- Sandra Cristina Pedrini Martino - Matrícula: 19084.

Art. 2º - Compete à Comissão designada:

- I - acompanhar a execução dos recursos financeiros pelas Associações de Pais e Mestres (APMs);
- II - verificar a conformidade da aplicação dos recursos repassados;
- III - analisar e avaliar as notas fiscais, recibos e extratos bancários para verificar a conformidade dos gastos realizados;
- IV - analisar e emitir pareceres sobre a prestação de contas dos recursos recebidos, observando as diretrizes contidas na Resolução

CD/FNDE/MEC n.º 15, de 16 de setembro de 2021; e na Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

V - elaborar relatórios periódicos sobre as atividades de acompanhamento, destacando eventuais irregularidades, pontos de atenção e oportunidades de melhorias que favoreçam a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão do programa no âmbito do CEETEPS;

VI - auxiliar, apoiar e orientar as APMs, com vistas a conformidade dos documentos e legalidade dos procedimentos necessários à prestação de contas;

VII - orientar as APMs acerca da utilização e funcionamento do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) do CEETEPS;

VIII - manter atualizada as funcionalidades do SIAF para o cumprimento das atividades do PDDE; e

IX - propor normatizações internas e manuais orientativos para assegurar o pleno funcionamento do programa no âmbito do CEETEPS.

Art. 3º - A Comissão deverá atuar com diligência e responsabilidade, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das normas vigentes.

Art. 4º - Os agentes públicos designados exercerão os trabalhos sem ônus adicionais ao CEETEPS e sem prejuízo de suas respectivas funções.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (136.00169072/2025-10)  
Clóvis de Souza Dias  
Presidente - CEETEPS

PORTARIA CEETEPS-PRESIDÊNCIA N.º4788, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

Designa agentes públicos para compor a Comissão de Acompanhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE – Paulista), no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

O Presidente do CEETEPS, no uso de suas atribuições legais e considerando o PDDE – Paulista, instituído pela Lei n.º 17.149, de 13 de setembro de 2019, alterada pela Lei n.º 17.449, de 29 de outubro de 2021; regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 66.352, de 17 de dezembro de 2021; e pela Deliberação CEETEPS n.º 105, de 13 de novembro de 2025, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Designa os agentes públicos a seguir elencados para compor a Comissão de Acompanhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE – Paulista), utilizado com o objetivo de prestar assistência financeira suplementar às Escolas Técnicas Estaduais, a fim de promover melhorias em infraestruturas físicas e pedagógicas, com vistas a fortalecer a participação da comunidade e a autogestão escolar:

- Alexandre Marcel Carvalho Pereira - Matrícula: 44268;
- André Luiz dos Santos - Matrícula: 10538;
- Antônio Robson Ferreira - Matrícula: 14021;
- Ariane Oliveira Ribeiro - Matrícula: 59095;
- Bianca de Sousa Rocha - Matrícula: 57797;
- Carlos Renato Candini - Matrícula: 12277;
- Claudemir Monteiro Lima - Matrícula: 003191;
- Daniela Galvão Vidoto - Matrícula: 41330;
- Gabriela Zanin de Castro Vasconcellos - Matrícula: 020784;
- Juliana Abonizio Santinoni - Matrícula: 44004;
- Luiz Arthur Malta Pereira - Matrícula: 19786;
- Mateus Oliveira Rezende - Matrícula: 51842;
- Roberto Alexandre Urtado - Matrícula: 12939; e
- Sandra Cristina Pedrini Martino - Matrícula: 19084.

Art. 2º - Compete à Comissão designada:

I - acompanhar a execução dos recursos financeiros pelas Associações de Pais e Mestres (APMs);

II - verificar a conformidade da aplicação dos recursos repassados;

III - analisar e avaliar as notas fiscais, recibos e extratos bancários para verificar a conformidade dos gastos realizados;

IV - analisar e emitir pareceres sobre a prestação de contas dos recursos recebidos, observando as diretrizes contidas na Lei n.º 17.149, de 13 de setembro de 2019, alterada pela Lei n.º 17.449, de 29 de outubro de 2021; no Decreto Estadual n.º 66.352, de 17 de dezembro de 2021; e na Deliberação CEETEPS n.º 105, de 13 de novembro de 2025;

V - elaborar relatórios periódicos sobre as atividades de acompanhamento, destacando eventuais irregularidades, pontos de atenção e oportunidades de melhorias que favoreçam a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão do programa no âmbito do CEETEPS;

VI - auxiliar, apoiar e orientar as APMs, com vistas a conformidade dos documentos e legalidade dos procedimentos necessários à prestação de contas;

VII - orientar as APMs acerca da utilização e funcionamento do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) do CEETEPS;

VIII - manter atualizada as funcionalidades do SIAF para o cumprimento das atividades do PDDE – Paulista; e

IX - propor normatizações internas e manuais orientativos para assegurar o pleno funcionamento do programa no âmbito do CEETEPS.

Art. 3º - A Comissão deverá atuar com diligência e responsabilidade, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das normas vigentes.

Art. 4º - Os agentes públicos designados exercerão os trabalhos sem ônus adicionais ao CEETEPS e sem prejuízo de suas respectivas funções.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (136.00169064/2025-73)  
Clóvis de Souza Dias  
Presidência - CEETEPS

SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E  
INDÚSTRIA CRIATIVAS

CONS DEFESA DO PATRIM HISTÓRICO,  
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

DELIBERAÇÃO CONDEPHAAT

Deliberação do Egrégio Colegiado em sessão ordinária de 01 de dezembro de 2025 - ata 2206  
Nº do Processo: 010.00004056/2024-81

Interessado: CRISTIANE PEREIRA DE ARRUDA  
Assunto: Bem 49814 - Intervenção - Rua Itapira, s/n - Boiçucanga - São Sebastião

O Egrégio Colegiado deliberou, por unanimidade, **APROVAR** o pedido para supressão de 574,89 m² de vegetação nativa, preservação de 548,40 m² de área verde e projeto de construção de 03 (três) residências assobradadas à Rua Itapira, 105, município de São Sebastião SP. A presente deliberação se refere ao documento autenticado sob nº 0090899089 no Processo 010.00004056/2024-81

RESSALVA:

- Encaminhar matrícula atualizada do imóvel devendo constar averbação de 548,40 m² de área verde a preservar.

OBSERVAÇÕES:

- As plantas e memoriais, digitais ou impressos, com a numeração indicada, só terão validade se acompanhadas desta deliberação, também publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo;
- Esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais órgãos competentes.

Rodrigo Amado Coelho

Assistente I

DPCC | SETAC | CONDEPHAAT

DELIBERAÇÃO CONDEPHAAT

Deliberação do Egrégio Colegiado em sessão ordinária de 01 de dezembro de 2025 - ata 2206

Nº do Processo: 010.00004774/2025-39

Interessado: EURO SILVA LOPES FILHO

Assunto: Bem 50770 - Construção - Vereda 10, Lt 38, Ald. F - Cachoeiro do Sobrado - Ubatuba/SP

O Egrégio Colegiado deliberou, por unanimidade, **APROVAR** o pedido para supressão de 280,00 m² de vegetação nativa, preservação de 720,00 m² de área verde e projeto de construção de edificação residencial à Vereda 10, Lote 38, Aldeia F, Loteamento Aldeias do Cachoeiro do Sobrado, município de Ubatuba SP. A presente deliberação se refere ao documento autenticado sob nº 0090896998 no Processo 010.00004774/2025-39.

RESSALVA:

- Encaminhar matrícula atualizada do imóvel devendo constar averbação de 720,00 m² de área verde a preservar.E9E;

OBSERVAÇÕES:

- As plantas e memoriais, digitais ou impressos, com a numeração indicada, só terão validade se acompanhadas desta deliberação, também publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo;
- Esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais órgãos competentes.

Rodrigo Amado Coelho

Assistente I

DPCC | SETAC | CONDEPHAAT

DELIBERAÇÃO CONDEPHAAT

Deliberação do Egrégio Colegiado em sessão ordinária de 01 de dezembro de 2025 - ata 2206

Nº do Processo: 010.00007151/2025-18

Interessado: QUEST TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA, CEZAR WILLIAN DE AZEVEDO

Assunto: BEM 51010 - Instalação de Antena - Rua Itapolis, 555 - Pacaembu, São Paulo

O Egrégio Colegiado deliberou, por unanimidade, **APROVAR** à instalação de antena (node) em postes localizados na Rua Capivari,216 e Rua Itápolis,555, ambos situados nesta capital. A presente deliberação se refere ao documento autenticado sob nº 0090895778 no Processo 010.00007151/2025-18.

OBSERVAÇÕES:

- As plantas e memoriais, digitais ou impressos, com a numeração indicada, só terão validade se acompanhadas desta deliberação, também publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo;
- Esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais órgãos competentes.

Rodrigo Amado Coelho

Assistente I

DPCC | SETAC | CONDEPHAAT

DELIBERAÇÃO CONDEPHAAT

Deliberação do Egrégio Colegiado em sessão ordinária de 01 de dezembro de 2025 - ata 2206

Nº do Processo: 010.00008390/2024-12

Interessado: Kelvin Teixeira dos Santos Souza Laurindo

Assunto: Bem 47381 - Construção - R. das Canafístulas, nº 256, Lote 21, Qd. 01 - Massaguaçu, Caraguatatuba

O Egrégio Colegiado deliberou, por unanimidade, **APROVAR** o projeto para construção de residência em imóvel situado na R. das Canafístulas, nº 256, Lote 21, Qd. 01 - Massaguaçu, Caraguatatuba, SP. A presente deliberação se refere ao documento autenticado sob nº 0090894557 no Processo 010.00008390/2024-12.

OBSERVAÇÕES:

- As plantas e memoriais, digitais ou impressos, com a numeração indicada, só terão validade se acompanhadas desta deliberação, também publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo;
- Esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais órgãos competentes.

Rodrigo Amado Coelho

Assistente I

DPCC | SETAC | CONDEPHAAT

DELIBERAÇÃO CONDEPHAAT

Deliberação do Egrégio Colegiado em sessão ordinária de 01 de dezembro de 2025 - ata 2206

Nº do Processo: 010.00007111/2025-76

Interessado: Daniela Cristina dos Santos

Assunto: BEM 51047 - Ligação de Energia - Rua Maria Jose de Jesus, 3018 - Ubatumirim, Ubatuba - SP

